

Revolução no varejo elétrico desafia regulação¹

Alexandre Street²

A recente guinada em direção ao varejo e ao explosivo e controverso mercado de créditos de geração distribuída (GD) nos proporciona alguns interessantes insights sobre o futuro do setor.

O consumidor, antes imaginado estático e incapaz de reagir ao preço, deu a volta no setor e respondeu em larga escala. Na primeira brecha da regulação, que permitiu a alocação de créditos da GD a unidades consumidoras dentro da mesma área de concessão, os consumidores financiaram a criação de um verdadeiro mercado paralelo desses créditos. Um mercado operado por dentro das entranhas das distribuidoras, no qual economias de mais ou menos 20% aliviaram as despesas de milhares de consumidores residenciais assolados por excessos de subsídios e ineficiências setoriais.

Contudo, o avanço desse mercado demonstra a grande dificuldade que o setor tem em definir uma pauta coerente pró-mercado e traz à luz os efeitos nocivos de postergarmos o processo de liberalização e mantermos sinais de preços equivocados.

A grande verdade é que o que impede a resposta do consumidor é o próprio desenho do ACR (ambiente de comercialização regulado), segmento do mercado no qual os consumidores residenciais são obrigados a comprar energia a uma tarifa regulada da distribuidora local. Assim, na impossibilidade de escolher seu fornecedor, o consumidor respondeu com um novo modelo de negócios, que lhe proporcionou uma redução de custo inédita. Cooperou com desenvolvedores da GD em esquemas de contas compartilhadas e financiou novas tecnologias para gerir contas de forma muito mais eficiente que em algumas distribuidoras. Além disso, em resposta à redução dos custos provenientes dos descontos obtidos com a GD, foram observados aumentos relevantes no consumo das unidades que aderiram a esse esquema.

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/revolucao-no-varejo-eletrico-desafia-regulacao.ghtml>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

² Professor associado do Departamento de Engenharia Elétrica da PUC-Rio e fundador do LAMPS PUC-Rio.

Grande lição para o setor: quando certas condições se fazem presentes e existe liberdade de escolha, o custo da escassez de um bem ou serviço age como uma força potencial que pressiona todo o circuito econômico, técnico e regulatório existente entre produtores e consumidores. A pressão causada pela escassez empurra as ideias e a inovação, que por sua vez escoam pelos poros regulatórios descobrindo os caminhos mais curtos para o oceano de dinheiro dos consumidores.

A GD e os consumidores residenciais criaram um exemplo em que um mercado emergiu dentro de um segmento regulado, concebido justamente por se pensar que o mercado não poderia, ou deveria, ocorrer ali. Legítimo ou ilegítimo, justo ou injusto, temos que admitir que é um fenômeno importantíssimo de se compreender. Um caso de estudo com diversas nuances e lições para os próximos passos que o setor precisa dar para garantir um futuro sustentável aos consumidores.

Resguardadas as proporções, o desenvolvimento de mercados segue mecanismos análogos aos mecanismos orgânicos que suportam a evolução da vida. Ninguém sabe exatamente como se iniciou, mas, dadas as condições apropriadas, ela emerge e se desenvolve em consonância com os mecanismos físicos e químicos intrínsecos à natureza. Ela resiste e se adapta às pressões do meio encontrando equilíbrios bem distintos do original.

Esta analogia biológica não é apenas poética, é também pragmática: ela nos lembra que os mercados se desenvolvem em consonância com a natureza social e cooperativa da humanidade, encontrando caminhos para se adaptar e prosperar, mesmo frente a regulamentações desafiadoras. É imperativo, portanto, que ao desenharmos novas políticas e regulações, consideremos a propensão natural dos mercados de emergirem organicamente toda vez que houver a possibilidade de cooperação e troca em resposta à escassez. Como a cooperação entre consumidores e o sistema se torna cada vez mais relevante, acredito que seja o caso aqui.

Portanto, a explosão do mercado de créditos de GD nos avisa, em alto e bom tom, que é contraproducente criar obstáculos à liberalização dos consumidores como temos visto em tentativas recentes. Neste sentido, parece mais razoável e produtivo focarmos todos os esforços na criação de uma agenda setorial definitiva para a transição. Nessa agenda, devemos priorizar a identificação dos mecanismos economicamente corretos, eficientes e éticos para realizarmos a transição do modelo atual - que teve importante papel no passado - para um novo que seja baseado na livre escolha e arranjos de mercado.

A ampliação do ACL (ambiente de comercialização livre) aos consumidores residenciais tem um potencial benéfico estrutural. Pleitos de segmentos fortes do setor por decisões que claramente só beneficiam o segmento em questão serão muito mais difíceis de serem sustentados em um mercado pulverizado. A conta covid é um exemplo. A própria liberalização terá um efeito de contrapeso

ao desenvolvimento desenfreado da GD, que terá que se reinventar quando tiver que competir com comercializadores varejistas vendendo energia de usinas centralizadas com “capex” bem inferiores. Um novo equilíbrio terá que ocorrer e a GD terá que adaptar seu modelo de negócios. Para além disso, também seremos forçados a rever a distribuição dos subsídios entre ACR e ACL. Conversas difíceis terão que acontecer.

Não obstante, o risco é cair na antiga cartilha do lobby. Muitos vão preferir o ACL e o ACR tal qual, com preços baixos de um lado e reserva de mercado com alta tarifa regulada do outro. E é aí que se encontra o grande mal que impede o setor elétrico de avançar; a corrupção na gênese da agenda de mudanças setoriais. No atual modus operandi, ao invés de discutirmos como garantir a livre escolha e os sinais de preço corretos para um equilíbrio mais sustentável entre as fontes, passamos a lutar por mais subsídios individuais.

Caímos, portanto, numa variante do famoso dilema do prisioneiro da teoria dos jogos. Neste dilema, sabemos que a cooperação entre todos os agentes geraria benefícios de longo prazo maiores a todos. Contudo, dado o status quo, a melhor estratégia individual de um agente passa a ser a não cooperação e a luta pelo seu próprio subsídio, liminar ou jabuti de estimação. É mais ou menos assim que o famoso John Nash, que provou a existência desse tipo de equilíbrio em jogos não cooperativos, explicaria a situação que vivemos hoje em dia no setor elétrico.